

A AFETIVIDADE COMO GUIA NA PRÁTICA EXTENSIONISTA (ST 12)

Natalia Gabriel Rodrigues

UFBA | nataliagabriel.r@gmail.com

Roberta Lia de Moraes Campos

UFBA | robertacampos@ufba.br

Sessão Temática 12: Assessoria técnica territorial e extensão universitária

Resumo: Apresentamos neste artigo, uma experiência inicial entre pesquisadoras vinculadas ao programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo (PPGAU-UFBA), junto das mulheres que constituem um espaço coletivo no Centro Histórico de Salvador, a Cozinha Comunitária Dona Lia, na Ladeira da Preguiça. A partir dessa prática de caráter extensionista, surgem diversas reflexões sobre como chegar ao território e a importância em fortalecer vínculos já existentes entre a universidade e a comunidade em experiências de extensão. Concordamos com a perspectiva do conhecimento como algo construído coletivamente e não apenas imposto com um problema acadêmico pré-definido, a ser solucionado. Além disso, refletimos sobre a mobilização política e espaços de sociabilidade, modos de intervenção urbana para fortalecimento das estratégias de cuidado e sobrevivência que sustentam a vida e compõem o território.

Palavras-chave: Conhecimento situado; prática extensionista; cuidado; coletividade.

AFFECTIVITY AS A GUIDE IN EXTENSION PRACTICE

Abstract: In this article, we present an initial experience between researchers linked to the postgraduate program in architecture and urbanism (PPGAU-UFBA) and the women who make up a collective space in Salvador's historic center, the Dona Lia Community Kitchen, on Ladeira da Preguiça. This extensionist practice has led to a number of reflections on how to reach out and the importance of strengthening existing links between the university and the territories. We agree with the perspective of knowledge as something that is built collectively and not just imposed with a predefined academic problem to be solved. In addition, we reflect on political mobilization and spaces of sociability, modes of urban intervention that strengthen the care and survival strategies that sustain the lives of these people and make up the territory.

Keywords: Situated knowledge; extension practice; care; collectivities

LA AFECTIVIDAD COMO GUÍA EN LA PRÁCTICA DE LA EXTENSIÓN

Resumen: En este artículo presentamos una primera experiencia entre investigadores vinculados al programa de posgrado en arquitectura y urbanismo (PPGAU-UFBA) y las mujeres que integran un espacio colectivo del Centro Histórico de Salvador, la Cocina Comunitaria Dona Lia, en la Ladeira da Preguiça. Esta práctica de extensión ha dado lugar a una serie de reflexiones sobre cómo llegar y la importancia de fortalecer los vínculos existentes entre la universidad y los territorios. Coincidimos con la perspectiva del conocimiento como algo construido colectivamente y no sólo impuesto con un problema académico predefinido a resolver. Además, reflexionamos sobre la movilización política y los espacios de sociabilidad, modos de intervención urbana que fortalecen las estrategias de cuidado y supervivencia que sostienen la vida de estas personas y conforman el territorio.

Palabras clave: conocimiento situado; práctica de extensión; cuidados; colectividades.

INTRODUÇÃO

A prática extensionista apresentada neste artigo, é mobilizada no âmbito das lutas coletivas pela moradia digna e permanência dos habitantes do Centro Antigo de Salvador em seus territórios. A partir de um posicionamento crítico em relação à construção de saberes coletivos, nos perguntamos: como desaprender a fazer pesquisas “a partir” da vida das pessoas e seus territórios? Como transformar essa ideia de “a partir de” em “junto com” em nossas práticas extensionistas, considerando a ideia de conhecimento situado e corporificado trazida por Donna Haraway (1995)? Enquanto pesquisadoras vinculadas ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, de quais modos conseguimos chegar em práticas comunitárias na cidade?

Esses questionamentos transitam pelos caminhos intrínsecos entre pesquisa, extensão acadêmica e a criação de vínculos nas interações entre diferentes agentes. Além disso, queremos destacar uma preocupação importante para a discussão aqui pretendida, atrelada à produção de estudos nessa perspectiva comunitária, trata-se da postura ética e o cuidado com as formas de se chegar ao território.

Tomaremos as indagações acima como guias, com o objetivo de compartilhar reflexões e desafios a respeito das ações que vêm sendo construídas coletivamente entre pesquisadoras de distintos campos de conhecimento junto às mulheres que compõem a Cozinha Comunitária Dona Lia, na Ladeira da Preguiça.

Ao longo deste artigo, convocaremos algumas autoras que contribuem para o repertório conceitual-metodológico de nossas práticas em construção, colaborando para o debate sobre as formas de produção do conhecimento condizentes com diferentes experiências territoriais. A seguir, o texto está dividido em 6 partes, onde abordaremos o contexto em que está inserida a Ladeira da Preguiça e a dinâmica socioespacial do território faremos referência a alguns projetos de extensão fundamentais para a construção e consolidação de diálogos entre a Faculdade de Arquitetura da UFBA (FAUFBA) e o Centro Histórico de Salvador (CHS). Por fim, apontaremos algumas conclusões a respeito dos desafios em apostar na transdisciplinaridade, das articulações necessárias para pensarmos contradições e a complexidade do campo do planejamento territorial na intersecção com a universidade e outras coletividades.

É importante destacar que nós, as autoras deste artigo, ainda que vinculadas a um programa de pós graduação em arquitetura e urbanismo, não somos arquitetas e isso é fundamental para a construção de perspectivas mais ampliadas para a área do planejamento urbano e regional. Assim, a transdisciplinaridade se apresenta como uma grande aposta, não apenas por aproximar diferentes áreas e saberes, mas permitindo que se comuniquem de fato, potencializando trocas que extrapolam o conhecimento acadêmico. Vale lembrar que, para estabelecer possibilidades coletivas e espaços de aberturas, temos pensado a prática extensionista como ferramenta para construir pontes e conexões significativas, não sem conflitos.

1. SUBIR E DESCER A PREGUIÇA, POR QUAIS CIDADES PASSAMOS

A Comunidade da Preguiça se localiza no Centro Histórico de Salvador-BA, sendo uma poligonal que abarca menos de 1km, cujos limites foram definidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1984 (URIARTE et al, 2023). A Preguiça se localiza na periferia do Centro Histórico de Salvador, próxima ao limite da área tombada e permanece sendo uma área residencial muito por conta de sua localização, a qual permite que suas características se mantenham mesmo que grande parte dos imóveis hoje em dia seja usado para fins comerciais.

A presença majoritária de mulheres como chefes de família é uma das características marcantes da Preguiça, sendo 41 das 63 famílias lideradas por mulheres (URIARTE et al., 2023). Essa característica de liderança feminina nas ocupações se expande a diversas ocupações do CHS, tendo essas mulheres algumas características muito singulares “mulheres de personalidade forte, autoridade e determinação, com uma garra e uma presença que podem até amedrontar” (URIARTE, 2019). Na Preguiça a relação de protagonismo dessas mulheres se expressa através da presença nas ruas, sendo elas as responsáveis pela manutenção da comunidade ao se visitarem, se ajudarem, se falarem e se encontrarem (idem, 2023). O cuidado aparece então enquanto um modo de construção do cotidiano, à medida que são essas redes de proximidade que permitem o desenvolvimento de diversas atividades de subsistência, incluindo a própria construção da Cozinha Comunitária Dona Lia da qual diversas moradoras fazem parte.

Destaca-se aqui um modo de viver coletivo pautado na diferença, a qual não torna a relação inviável, mas pelo contrário a fortalece (GLISSANT, 1990 apud ESTEVEZ, FIGUEIREDO & ROSA, 2020). Neste sentido as autoras ressaltam a importância de não ocupar um lugar que coloca o conhecimento acadêmico enquanto algo cristalizado, feito por “especialistas” ou pessoas que vão dar conta de problemas de difícil solução (idem). Ao invés disso, a ideia defendida nega a existência de um projeto neutro, entendendo a cidade e a própria infraestrutura urbana enquanto um processo complexo que afeta as diversas formas de existência cotidianas presentes na cidade e que, portanto, deveria ser discutida coletivamente.

Esses modos coletivos de existência na cidade escapam à regra à medida que não se adequam à lógica do mercado, que individualiza ao máximo as experiências a fim de torná-las comercializáveis. Neste sentido, a comunidade da Preguiça se apresenta parcialmente isolada por se diferenciar da vizinhança. O território¹ se contrasta com o entorno à medida que o modo como os habitantes se organizam estão intimamente relacionados com os modos negros de habitar o Pelourinho (ESTEVEZ, FIGUEIREDO &

ROSA, 2020), suprimidos pelos projetos de intervenção urbana propostos pelo Estado. Além disso, a própria composição social se diferencia à medida que a população que compõe a comunidade é majoritariamente negra, de baixa renda e idade mais elevada, de acordo com dados do Censo da Preguiça (URIARTE, 2020).

O entorno da região costuma ser frequentado por pessoas brancas, de classe média-alta que vêm de outros territórios, visto que ele é composto por muitos lugares turísticos, como o Hotel Fasano e o cinema Glauber Rocha. Além disso, a Bahia Marina e o residencial Trapiche Residence - espaço de lazer frequentado pela elite e residencial para pessoas de alta renda, respectivamente - também compõem a paisagem. Por fim, seguindo um pouco mais adiante, ainda é possível encontrar o Museu de Arte Moderna da Bahia (MAM) em uma direção e o Mercado Modelo e Elevador Lacerda em outra.

O processo de transformação do CHS no que muitos moradores chamam de “shopping a céu aberto” está relacionado a intervenções urbanísticas que não parecem capazes de romper com a lógica de intervenções fragmentadas, não incorporando a dimensão urbana e urbanística (REBOUÇAS E MOURAD, 2012 apud FERNANDES, FIGUEIREDO & ESPINOZA, 2016) O que se pode observar tanto no Programa de Recuperação do Centro Histórico realizado na década de 1990, quanto no Plano de Reabilitação do Centro Antigo apresentado em 2010 pelo Governo do Estado, é que estes contribuíram para a crescente valorização dos imóveis na região, aumentando da especulação do mercado sobre eles (FERNANDES, FIGUEIREDO & ESPINOZA, 2016) Esse processo de apropriação da região por uma população que se diferencia dos moradores em termos de raça e classe, para além da noção de gentrificação, vem sendo reforçado por uma série de outras medidas, sejam elas estatais, como o Novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) aprovado em 2016, ou pertencentes à iniciativa privada, como é o caso da construção de um número cada vez maior de hotéis e outros empreendimentos de luxo na região.

Uma leitura possível desse processo que se inicia com o Programa de Recuperação de 1992 é de que ele foi usado para desmontar e reconfigurar a dinâmica socio-territorial pré existente neste bairro negro (FIGUEIREDO, ESTÉVEZ & ROSA, 2020, tradução nossa), a qual envolve uma relação com o território que se constitui, segundo Uriarte (2019) a partir de um paradoxo do provisório-permanente. A população habita esse território, criando relações entre o ambiente, os objetos e os espaços. Trata-se de um habitar que extrapola a relação com a casa, com a moradia, mas se estende por todo o espaço através do modo de existência. Considera-se uma noção de habitar vinculada a Heidegger (1954, apud URIARTE) que mobiliza a ideia enquanto um modo de ser no mundo, enraizado, entrelaçado e envolvido com seu exterior.

A nova política implementada destrói essa maneira de construir vínculos com o território, inserindo uma nova lógica que operou “desfazendo a trama de vínculos, as redes de vida e as formas de inteligência coletiva” (VILLARINO, 2021), sem impedir, no entanto, a permanência de modos de vida não capturados, formas deslocadas, improvisadas, que escapam da captura de diversas maneiras (ibidem). Acompanhar esses modos de vida que se reinventam exige pensar em métodos e aproximações de pesquisa que também o façam, ou que ao menos sejam permeáveis a eles. Neste sentido, mobilizarmos aqui autoras cujos pensamentos contrariam uma lógica de produção de conhecimento irresponsável (HARAWAY, 1995), reforçando a necessidade de situar o conhecimento e posicionar quem fala do lugar em que fala, lembrando que segundo a autora

As feministas têm interesse num projeto de ciência sucessora que ofereça uma explicação mais adequada, mais rica, melhor do mundo, de modo a viver bem nele, e na relação crítica, reflexiva em relação às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que toda as posições contêm. Nas categorias filosóficas tradicionais, talvez a questão seja ética e política mais do que epistemológica

Essa preocupação ético política da qual a autora trata se relaciona diretamente com os questionamentos que guiam nosso caminho investigativo, além de estar alinhada com uma tradição extensionista de pesquisas consolidadas dentro da Faculdade de Arquitetura (FAUFBA), que será retomada ao longo do texto.

2. TRAÇANDO CAMINHOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

A ideia de situar essa produção não tem a ver apenas com tentar compreender qual o lugar do qual ela se origina, mas também tem a ver com um modo de se produzir conhecimento e escrever que está intimamente relacionado com preocupações éticas e políticas das autoras. Recorre-se à ideia de escrita situada (LIVHOLTS, 2020), em defesa de um outro modo de se relacionar com a escrita acadêmica, definida como uma estratégia metodológica que combina as teorias feministas sobre o conhecimento situado com a escrita. Esse modo de se relacionar com a produção e reprodução do conhecimento, defendido pelos estudos feministas, subsidia a defesa do uso de outras linguagens, outras abordagens e outras formas de estar presente junto a outros sujeitos presentes na pesquisa. Essas ideias contrariam a noção de um ponto de vista neutro e distanciado que acaba reproduzindo uma lógica de organização do conhecimento muito técnica e muito hegemônica.

Propor a escrita de um trabalho que trata da temática do cuidado em suas várias formas de expressão, mobilizando ao mesmo tempo questões institucionais e políticas em grande escala, bem como particularidades e miudezas das relações construídas entre as próprias moradoras da comunidade e delas com outras parcerias, como coletivos de assessorias técnica, organizações da sociedade civil e pesquisadoras da universidade, como é o caso de quem escreve este artigo.

Reitera-se também a necessidade de considerar as condições, possibilidades e dificuldades específicas que o próprio território oferece, bem como o modo que as relações de pesquisa se constituem e a maneira que o caminho investigativo escolhido influencia a investigação. Por exemplo, falar sobre questões de saúde provocam uma abertura diferente para as questões vividas daquelas provocadas por uma abordagem mais técnica que visa compreender as necessidades de melhorias nas casas, ainda que ambos os temas se sobreponham em alguma medida.

Para tratar mais a fundo sobre as particularidades do território e suas implicações sobre a pesquisa, recorreremos ao que Haraway vai chamar de saberes localizados (1995), o qual está relacionado com a necessidade de ter uma visão e pensamento crítico, parcial, por entender que não existe visão neutra, nem espaços homogêneos. Essa abordagem corporificada que a autora defende, baseia-se em uma visão feminista sobre a ciência e o mundo, permitindo uma abordagem diferente do conhecimento, muito vinculada ao cuidado, à construção de redes afetivas, dentre outras coisas. A escolha dessa abordagem teórica se justifica à medida que o cuidado e a afetividade ocupam lugar central na construção da pesquisa e no desenvolvimento das atividades junto às moradoras.

Pensar em como tornar o trabalho “sobre” em trabalho “com” também é pensar em maneiras de trazer

em caminhos metodológicos de trazer as pessoas para o texto, bem como refletir sobre a forma que nós enquanto autoras também nos colocamos nessa narrativa. Trabalhar com diferentes saberes e experiências é também buscar outras perspectivas, rompendo com a noção dicotômica de subjetividade/objetividade e reconhecendo as complexidades da produção do conhecimento. É lidar com a impossibilidade de separação entre aspectos macro e micropolíticos, individuais e coletivos, superando os limites que se colocam a partir da noção de que existe uma ciência neutra, um conhecimento estritamente técnico ou uma visão de mundo imparcial. Retomando Donna Haraway, a autora vai defender a necessidade de compreender como significados e corpos são construídos, para viver em significados e corpos que tenham possibilidade de um futuro (1995), explicitando a necessidade de construir uma ciência corporificada.

Ainda, é possível dizer que esse modo de estar em campo, compreendendo-o a partir dos sentidos e da experiência que se vive, nos remete à ideia de corpo vibrátil trazida por Rolnik (1989) ao falar sobre o cartógrafo. A autora traz a noção de territórios existenciais enquanto a possibilidade de compreensão de um território em suas diferentes dimensões, considerando a prática do cartógrafo como uma prática que permite a criação de mundos, a constituição de realidade à medida que esta é experimentada (ibidem). Nessa prática cartográfica não há metodologia definida a priori, mas sim um modo de estar disponível a partir da sensibilidade e da escuta. Pensar nessa maneira de construir conhecimento tem a ver com “uma prática da objetividade que privilegie a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ver” (LIVHOLTS, 2019, p.24), que seja baseada em um posicionamento críticos de sujeitos que se posicionam, se implicam e se responsabilizam pela própria prática.

Entendemos aqui que essa forma de pensar a construção do conhecimento acadêmico e a prática de pesquisa está intimamente relacionada com a extensão e com um modo de pensar que se produz a partir da experiência de estar no território¹ e da compreensão de suas lógicas de funcionamento e das forças que atuam sobre ele. Trabalhar com territórios negros que tem como característica a constante reinvenção e a reconstrução de redes de relações que acontecem como formas de re-existências, enfatizando modos de existência nos coletivos que lideram as lutas dentro da cidade (FIGUEIREDO, ESTÉVEZ & ROSA, 2020). Esses modos, pautados na afetividade, na proximidade e solidariedade, reiteram a necessidade de elaborar pesquisas que também possam se orientar e se repensar de acordo com o território. Neste sentido, trazemos como exemplo algumas pesquisas de caráter extensionista realizadas pela FAUFBA, reconhecendo seu papel pioneiro na difusão de pesquisas e ações construídas junto às lideranças comunitárias do CHS.

3. O FORTALECER DOS DIÁLOGOS ENTRE FAUFBA E CHS

Dando continuidade à sessão anterior, aqui fazemos referência à Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (RAU+E), atividade acadêmica de ensino-pesquisa- extensão que promove a interlocução com as comunidades envolvidas. A proposta foi elaborada pela professora Angela Maria Gordilho-Souza e aprovada em 2011 na Universidade Federal da Bahia (UFBA), por meio do curso de especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade. Segundo Gordilho-Souza

A universidade passou a ter o papel de articuladora das atividades nos territórios e mediadora, junto à gestão pública, para implantação dos projetos desenvolvidos. A perspectiva conceitual da proposta nessa nova configuração deslocou-se da ideia de "aprender em serviço" junto às prefeituras para privilegiar, na atividade extensionista de pós-graduação e formação profissional em territórios de periferia, as relações dialógicas junto às comunidades. (GORDILHO-SOUZA, 2020, p. 255)

Sem a intenção de nos aprofundarmos detidamente nos percalços de mais de uma década desde o início desta residência acadêmica, nos interessa apresentar a experiência da FAUFBA como basilar no fomento de outras formas de pensar, atuar e construir outras arquiteturas e urbanismos no cruzamento entre saberes complementares, permitindo avançar nesse campo.

Ainda no âmbito desta instituição, trazemos outra experiência mais recente, a qual estivemos diretamente implicadas e, por isso, foi indispensável para sustentar as reflexões e outros desdobramentos possíveis a partir dela. Em caráter extensionista, desde 2016 a Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS) é ofertada como componente disciplinar, denominada como "Perícia Popular no Centro Histórico de Salvador". Essa ACCS vem sendo realizada em colaboração com moradores(as) do Centro Histórico de Salvador, a Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH), professores, pesquisadores e estudantes da UFBA, além de outros profissionais colaboradores e funciona inicialmente como um instrumento de ação coletiva/pública voltado para o reconhecimento e avaliação de situações de vida coletiva em contextos de vulnerabilização social, provocados pela ação direta do Estado, notadamente após acordos formalizados entre as partes envolvidas. Nos anos seguintes, chegando em 2018, a Perícia extrapola a proposta de ser um instrumento avaliativo, passando a compor um conjunto de práticas de experimentação coletiva, espaço de encontros e aprendizados urbanos que implicava diferentes movimentos e territórios do Centro Histórico de Salvador. Eis, mais uma vez, a política como "estudo negro" (Harney & Moten, 2013); como arte de fazer contato para encontrar conexões e como causa comum com a condição quebrada do ser (VILLARINO, 2021, p. 14). O autor diz sobre essa experiência em duas frentes, "uma ideia da ação coletiva na cidade entendida como estudo –uma prática intelectual comum alimentada no encontro–." Além disso, trata-se de uma "política da pesquisa implicada –mais do que crítica–, que, em vez de seguir um curso de ação prefixado, opera radicalizando sua relação com o real.", afirma Villarino (2021).

De certa forma, a participação de uma das autoras na ACCS Perícia Popular no Centro Histórico de Salvador, edição de 2023². Durante o período de aproximadamente quatro meses, os encontros foram feitos em caminhadas pelo Centro Histórico, com destaque à Associação dos Artífices do Centro Tradicional de Salvador, onde tivemos muitas reuniões e a oportunidade de ouvir questões pautadas pelos moradores. De maneira geral, eram relacionadas aos processos da vida cotidiana (sobre trabalho, lazer, outros assuntos), lutas coletivas por permanência em seus territórios e direito à moradia digna no CHS. Entre alguns apontamentos feitos, suas demandas prioritárias passavam pela insegurança jurídica em relação à permanência nos imóveis; as condições estruturais dos imóveis e as isenções dos poderes públicos na manutenção dos edifícios, considerando o descaso do Estado da Bahia e a Companhia de Desenvolvimento Urbano (CONDER), órgão que tem como responsabilidade legal auxiliar na conservação desse importante conjunto urbano tombado, entre outras atribuições. Os apontamentos, alinhados à formação estudantil, pressupõe a inserção social da universidade para a produção de conhecimento coerente com a realidade dos territórios.

Essa experiência acabou sendo de fato uma via fundamental que possibilitou outras entradas ao

território, contribuindo diretamente para a chegada até as lideranças da Ladeira da Preguiça³, como veremos mais adiante. Foi uma das questões que ganhou destaque nas trocas entre as pesquisadoras e autoras deste artigo, a reflexão sobre modos em “como chegar ao território”, já que não se trata de algo simples, mas diz sobre a formação e reafirmação de vínculos com a universidade (ou ainda, para além dela).

Apresentadas essas experiências, tomadas por nós como precedentes indispensáveis para pensar propostas coletivas, seguimos com a intenção de dar continuidade às parcerias já firmadas com lideranças comunitárias do Centro Antigo de Salvador e favorecer novas trocas, na compreensão de que conhecimento se faz de maneira compartilhada e constante.

Assim, a afetividade aparece como ponto central na consolidação das relações, sejam relações de pesquisa, sejam relações de vivência do cotidiano, etc. Para nós, passa a ser central a prática extensionista pela via do afeto, o pesquisar com. Nosso questionamento inclui: querer estar junto, mas como? Sobre a importância de criar esses laços e espaços de colaboração.

4. PRÁTICAS EXTENSIONISTAS COM A COZINHA COMUNITÁRIA DONA LIA

A aproximação da Preguiça e das mulheres da cozinha comunitária acontece a partir de duas experiências. Além da participação na ACCS, já mencionada previamente, ela se dá também a partir da realização do projeto de extensão “Práticas de saúde e cuidado entre mulheres moradoras de ocupações urbanas”, proposto na Chamada de Apoio à Extensão na Pós- Graduação publicada pela Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal da Bahia (PROEXT-UFBA). O projeto de extensão tinha como objetivo compreender mais aprofundadamente como se dão as práticas de saúde entre as mulheres participantes do movimento de moradia do centro de Salvador.

A aproximação do território da Preguiça aconteceu através da Articulação de Comunidades e Movimentos do Centro Antigo, de cuja aproximação aconteceu a partir de um primeiro contato com uma das lideranças da Articulação, ocorrido durante uma audiência pública realizada em outubro de 2023. A conversa inicial se deu a partir de um lugar de escuta, de uma psicóloga que buscava entender qual o sentido dessa presença para as mulheres. Se disponibilizar a escutar as necessidades que se apresentavam pareceu abrir um extenso caminho de ação e construção junto ao movimento de mulheres, de modo que a possibilidade de cuidado existente ali serviu para o fortalecimento de ideias e ações já presentes no território.

A partir da escrita do projeto de extensão, organiza-se então o Núcleo de Saúde da Articulação do Centro Antigo, composto por profissionais voluntárias. É através desse núcleo que a chegada até a Preguiça se torna possível, à medida que seu objetivo é compreender a situação de saúde das comunidades, buscando alternativas de acesso aos equipamentos institucionais, propondo a articulação de parcerias que pudessem contribuir com o fortalecimento de práticas de saúde e cuidado já existentes no território. Uma das primeiras construções nesse sentido, foi a realização de uma parceria com uma faculdade privada que começou a realizar, com uma turma de alunos da saúde coletiva, atividades junto às mulheres da Cozinha Comunitária Dona Lia.

Neste sentido, nossa prática foi realizada junto à equipe de saúde no período de abril até julho. Estivemos, semanalmente, em conversas e aproximações com as mulheres da Cozinha Comunitária Dona Lia: Combinado o melhor dia e horário, o ritual é entrar no imóvel que atualmente abriga a cozinha, pegar as cadeiras e levá-las para fora, gesto rapidamente apreendido. A rua é, não apenas lugar de circulação, mas também espaço de reuniões que conta com um banco e a possibilidade de incluir cadeiras para nossos encontros.

Durante essa aproximação, o cuidado não apareceu apenas como tema a ser discutido através do pensamento sobre as práticas de saúde, mas se colocou também como modo de construir a relação com as mulheres moradoras da Ladeira da Preguiça. Considerando nossa formação prévia enquanto psicóloga e turismóloga, cabe dizer que a primeira esteve atenta aos modos não institucionalizados de saberes e fazer centrados no cuidado, buscando percebê-lo entre mulheres de ocupações urbanas; enquanto a segunda se ateve à identificação de diferentes dimensões do cuidado presentes ou não na formulação de projetos de intervenção urbana.

Ao longo dos encontros foi possível perceber a relação intrínseca entre a saúde, o cuidado, as intervenções urbanas e os modos de habitar o território, à medida que grande parte dos relatos das moradoras explicitava isso ao contar sobre a chegada na comunidade, a relação com o movimento de luta por moradia, o vínculo construído com o território em questão, o processo de construção da rede de apoio e o papel central que elas têm no cuidado umas com as outras. A relação familiar, as amizades e o sentimento de pertencimento e apoio mútuo foram alguns dos fatores muito enfatizados no discurso das mulheres.

Através de visitas feitas às casas das mulheres que compõem a Cozinha Comunitária, observamos que a relação delas com os espaços, também apareceu como um dos pontos centrais no discurso, desde a dificuldade de manter um espaço que vive sob constante ameaça, até os desafios de manter o equilíbrio e a saúde mental considerando as más condições e os perigos iminentes do lugar em que habitam. Sendo inúmeros os conflitos por elas apresentados no que diz respeito às condições de permanência e habitação no território. O intenso processo de especulação imobiliária que opera na Ladeira da Preguiça é sentido pelas moradoras no cotidiano, a partir da convivência com espaços vazios, carcaças de imóveis, alterações na paisagem provocadas pela passagem de autoridades que moram ao lado - como é o caso do atual prefeito, que mora no Trápiche Residence, localizado a menos de 500m da Cozinha Comunitária - dentre outros aspectos, dos mais evidentes aos mais sutis.

A estruturação da Cozinha Comunitária acontece a partir da união de 13 mulheres de diferentes idades, que estão protagonizando atividades distintas com o objetivo de conseguirem uma renda própria, comercializando alimentos e fortalecendo parcerias. No entanto, essa construção coletiva da Cozinha não se apresenta só como uma aposta na conquista da independência financeira e na melhoria da qualidade de vida decorrente disso, mas também como possibilidade de fortalecimento de vínculos e espaço de referência e cuidado não só das mulheres umas para com as outras, mas também para com seus filhos, filhas e com o próprio território. Foi através da abertura à construção de novas parcerias que tivemos abertura para seguir com outras proposições, ao finalizarmos esses encontros no âmbito da extensão. A partir de uma conversa, entendemos ter interesses em comum de pesquisa e colaboração com as mulheres, concordando dar continuidade aos encontros e ao trabalho realizado a partir de uma

composição de interesses individuais e coletivos.

Já com um acúmulo de percepções sobre a importância das organizações coletivas e da rede afetiva existente entre as mulheres na construção da luta por moradia, fomos guiadas por Eliane e Suzany - duas lideranças comunitárias que compõem a equipe da Cozinha - na formulação de outras práticas junto ao território. Cabe ressaltar a centralidade de aspectos como a afetividade, a solidariedade e a coletividade na construção de estratégias elaborada para garantir a permanência no território, o que revela o aspecto de subsistência (VILLARINO, 2021) deste, que abriga modos de existência coletivos e improvisados e é entendido como território subsistencial por minar a lógica da propriedade, da lei e da individualidade, conseguindo permear o aparelho do Estado (RAUNIG apud VILLARINO, 2021).

Uma das maneiras que essa subsistência se exprime é através da luta pelo direito à moradia, reiterada frequentemente pelas moradoras, que lutam contra a especulação imobiliária e as ameaças de expulsão. Neste sentido, de preservar o direito à moradia digna e garantir a permanência da população, uma das lideranças nos traz o registro das condições das casas das mulheres como uma demanda prioritária. Ela retoma as mudanças ocorridas na comunidade ao longo do tempo, reiterando que ainda que os estigmas que envolviam ser moradora dali fossem grande motivo de sofrimento, a ameaça da especulação imobiliária sobre os casarões da ladeira e seu entorno se consolidam como o principal motivo de insegurança e mal estar entre as moradoras. Sendo assim, somos convocadas a criar algo como um dossiê, onde o catálogo das casas das mulheres seria feito como forma de registrar os modos de vida presentes no território, servindo para o fortalecimento da luta pela garantia da moradia e do cuidado com a saúde mental dessas mulheres. Montamos então um grupo multiprofissional não só com o objetivo de descrever as qualidades construtivas das habitações a partir do registro das arquitetas, mas também com o objetivo de registrar as histórias, as memórias e os modos de apropriação através dos quais a população se relaciona com o território em questão.

A partir da elaboração de uma nova prática no território, nos encontramos novamente com questionamentos sobre “como chegar”, entendendo que esse “chegar” pode acontecer de diversas maneiras, mas que independente delas, ele sempre se pauta no cuidado e no fortalecimento de vínculos entre as pesquisadoras e o território. Além disso, vale ressaltar que esse repensar constante das nossas práticas demonstra uma visão crítica sobre nossa atuação enquanto pesquisadoras, que se propõem a construir um conhecimento situado a partir de práticas comunitárias.

5. ALGUMAS CONCLUSÕES

Nos encontros com a Cozinha Comunitária Dona Lia, temos nos aproximado da Ladeira da Preguiça pela reafirmação de espaços onde estão sendo construídas e fortalecidas relações de afeto entre pessoas, seus parceiros, colaboradores, e com os próprios espaços, que assumem diferentes funções e usos.

Ao chegarmos nesse território enquanto pesquisadoras implicadas, atentas aos riscos de expulsão dos moradores cotidianamente, sabemos da urgência e importância da articulação com parceiros por esses processos extensionistas como forma de resistência. Mas, vemos também outros tempos e espaços sendo criados coletivamente, estabelecendo estratégias de vida pela via do cuidado, dos afetos, ampliando os significados da luta por moradia. O cuidado e a escuta enquanto modos possíveis de

habitar um território desconhecido. Entendemos assim, o próprio encontro como prática de extensão universitária no campo do planejamento territorial.

Apresentando nossas reflexões e referências para pensar essa prática extensionista inicial, em construção com as mulheres da cozinha, chegamos a algumas conclusões para finalizar este texto. Aproximando da Perícia Popular apresentada anteriormente, ou seja, assumindo a importância de desdobramentos das ações propostas em um mesmo território, fomos atravessadas pelo sentimento de continuidade, e não a ideia de estabelecer um início, considerando as relações já firmadas e as ações que vieram antes em espaços que emergiram entre moradores e universitários.

Desde o princípio, nosso objetivo com a disponibilidade para colaboração em ações de caráter extensionista, foi o de fortalecer relações e espaços de diálogo entre universidade e outros territórios, bem como entre os próprios agentes do território, alinhando saberes diversos para pensar, imaginar e fazer cidade a partir das práticas de vida e desejos dos moradores. Para tal, o lugar da escuta atenta como uma maneira de abertura ao outro, nos parece ser indispensável para repensar modos de fazer cidade. Sem premeditar, a escuta foi uma pista sobre estar-com, e também em pensar como chegar e como continuar processos colaborativos em sintonia com os agentes envolvidos. Ou seja, entendemos a construção de propostas não como lugar de resolver problemas, mas de construir conhecimento compreendendo as necessidades reais do que se apresenta no cotidiano.

Os desafios que atravessam nossa experiência, são marcados pela construção coletiva entre diferentes áreas de conhecimento. As ACCSs, que convocam estudantes de cursos acadêmicos diversos e outros lugares e saberes, mostram como a complexidade da cidade não consegue ser abarcada por apenas uma via. Diante disso, nosso esforço tem sido em compor uma equipe com frentes e perspectivas distintas em uma caminhada compartilhada, com indicações nem sempre acadêmicas ou técnicas, mas sempre em acordo com as decisões feitas pelas mulheres da cozinha. Por fim, lembramos que as aproximações e diálogos que se firmam no âmbito das autoras junto da cozinha, estão em experimentações, em negociação constante com as lideranças comunitárias Eliane Silva e Suzany Félix.

REFERÊNCIAS

- GORDILHO-SOUZA, Angela Maria; COTRIM, Marcio; SUAREZ, Naia Alban. **Pesquisa em projeto e extensão na pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo**. Salvador: Edufba; Rio de Janeiro: Anparq, 2020.
- FERNANDES, Ana; FIGUEIREDO, Glória Cecília dos Santos; ESPINOZA, José Carlos Huapaya. **Práticas coletivas e o Direito à Cidade em Salvador, Bahia**. Salvador: UFBA, 2016.
- FIGUEIREDO, G. C. D. S.; ESTÉVEZ, Braiz; ROSA, Thaís Troncon. The Black City: Modernisation and fugitivities in Salvador, Bahia, Brazil. **Radical Housing Journal**, v. 2, n. 2, p. 55-82, 2020.
- HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos pagu, n. 5, p. 7-41, 1995.
- LIVHOLTS, Mona. Situated writing as theory and method: the untimely academic novella. Routledge, 2019.
- ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. **OSAL: Observatorio Social de América Latina, Buenos Aires**, v.6 n.16, jun. 2005. Disponível em: [OSAL 16 \(clacso.org.ar\)](http://osal.clacso.org.ar). Acesso em: 13 novembro 2024.
- VILLARINO, Brais Estévez. Fugitividade na cidade patrimonial: a Perícia Popular no Centro Histórico de Salvador, Bahia. **Revista Internacional de Comunicación y Desarrollo (RICD)**, v. 4, n. 15, p. 36-53, 2021.
- URIARTE, Urpi Montoya. Habitar casarões ocupados no Centro Histórico de Salvador, Bahia, Brasil: velhos cortiços e novas experiências e direitos. **Caderno CRH**, v. 32, p. 383-398, 2019.
- URIARTE, Urpi Montoya; et al. Cap. 1 - Comunidade da Preguiça. *In: Habitantes da Preguiça: comunidade, moradores, usuários e território no Centro de Salvador*. Salvador: EDUFBA, 2023. p.32-83.

¹ O conceito de território aqui utilizado se refere àquele trazido por Milton Santos como “um quadro de vida”, cujo entendimento é essencial “para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro” (2005, p. 255)

² Os encontros aconteceram de março à julho de 2023, em diferentes espaços da Universidade Federal da Bahia, além de outros representativos para os colaboradores (Centro Histórico de Salvador, espaços culturais, comunais e associativos da Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico de Salvador (AMACH) e da Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador (Articulação do Centro Antigo). Naquela edição, os

professores que estiveram em condução foram Daniel Marostegan e Carneiro, Glória Cecília Figueiredo, Louise Alfonso, Márcia Genésia de Sant'Anna e Thaís Troncon Rosa.

³ Apesar do nome “Ladeira da Preguiça” se tratar da localização geográfica de uma via específica, para os moradores da Preguiça ela não se restringe só à ladeira, mas abarca “quem mora na própria ladeira e nos espaços adjacentes a ela, isto é, nas partes próximas da Ladeira Visconde de Mauá e da Rua do Sodré (URIARTE et al., 2023, p.37)